

A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: MEMÓRIAS DE PROFESSORAS (1960 E 1970)

Michelle Ferreira Auciello¹, Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Papali²

1,2 - Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos – Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica – IP&D – Univap Av. Shishima Hifumi, nº 2911, Urbanova - CEP 12244-000 – São José dos Campos – SP. oimigrela@yahoo.com.br, papali@univap.br

Resumo- Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a história da manutenção da feminização do magistério em São José dos Campos. Para isso, traça-se uma trajetória da inserção das mulheres nas Escolas Normais, relacionando bibliografias a respeito do tema e depoimentos orais de professoras formadas na Escola Normal de São José dos Campos ou que vieram lecionar na cidade nas décadas de 1960 e 1970. Tal análise possibilita uma reflexão sobre como algumas questões ligadas ao magistério feminino perpetuaram ao longo da História. Além disso, a análise sobre a forma como essas mulheres foram inseridas no mundo profissional, quais foram suas escolhas e oportunidades e de que maneira tais professoras eram vistas diante da sociedade joseense permite entender o momento de mudanças da condição da mulher e como ela tomou a frente dessa profissão a ponto do magistério ser considerado uma profissão feminina.

Palavras-chave: Mulher, Educação, Feminização do Magistério, São José dos Campos.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

Ao longo da História podemos observar o avanço das mulheres no mundo profissional. Entretanto, quando as mulheres se libertaram do espaço doméstico que antes era a elas reservado, e conquistaram seus espaços e seus direitos, sua participação na vida pública carregou consigo uma série de questões que influenciaram muitas de suas escolhas. Não obstante, muitas vezes foram adotadas políticas que objetivavam controlar o avanço feminino no meio profissional.

Diante dessas questões, pretendemos compreender quais caminhos levaram tantas mulheres a se dedicarem à área do magistério, pensando sempre nas dinâmicas das relações de gênero, na História da Educação em São José dos Campos, além da trajetória da formação da Normalista nas décadas de 1960 e 1970. Para tanto, valemo-nos de depoimentos de professoras que se formaram na Escola Normal de São José dos Campos ou que lecionaram na cidade entre as décadas de 1960 e 1970, além de bibliografias a respeito da história da feminização do magistério.

Metodologia

Para desenvolver essa pesquisa, nos utilizamos de produções acadêmicas referentes ao assunto, tais como livros, teses e artigos publicados, além de uma série de depoimentos orais recolhidos pela equipe do Núcleo de

Pesquisa Pró-Memória, nos quais professoras que se enquadram dentro do período proposto pela pesquisa e que se formaram na Escola Normal de São José dos Campos ou que lecionaram na cidade, relatam suas experiências no magistério primário.

Discussão

A feminização do magistério deixou marcas que perduraram durante o século XX. Para entender esse processo é necessário que se leve em consideração o movimento feminista das décadas de 1960/1970 já que foi a partir daí que a

“(…) necessidade de pensar o feminismo de uma perspectiva teórica levou à introdução do conceito de gênero como categoria científica que explicita as relações entre os sexos, o que por sua vez, levaria à elaboração de conceitos sobre as relações de poder.” (ALMEIDA, 1996: 01)

Segundo Jane, num sentido mais amplo,

“(…) gênero pode ser entendido como uma construção social, cultural e histórica elaborada sobre a diferença sexual existente entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, não se refere especificamente a um ou outro sexo, mas sim às **relações que são socialmente construídas entre eles.**” [Grifo nosso] (ALMEIDA, 1996: 01)

No século XIX, teve início diversas agitações feministas em busca do direito ao voto e por maior instrução e educação das mulheres. Porém, não eram todas as mulheres que participavam desses movimentos, apenas a elite feminina letrada de grande poder aquisitivo. Com a conquista do voto,

passaram-se 30 anos até que novas manifestações fossem feitas, em 1960, dessa vez, por um grupo de mulheres mais heterogêneo, envolvendo donas de casa, operárias, advogadas, professoras, etc. As causas feministas também representaram lutas pelo poder, pela participação política e o ingresso no mercado de trabalho.

À medida que as mulheres foram chamadas para substituir a mão-de-obra masculina, que havia se retirado para as batalhas da Primeira Guerra Mundial, a mentalidade e os costumes foram sendo transformados e, conseqüentemente, foi sendo feita uma redivisão do poder. Tais transformações atingiram o plano ideológico e evidentemente refletiram na sociedade brasileira. Passado os tempos de guerras, as mulheres ficariam então, responsáveis por uma espécie de regeneração da sociedade. Dessa forma, tornava-se cada vez mais necessário que elas recebessem mais instrução escolar e dessem continuidade aos estudos. Essa instrução teria como objetivo contribuir para a formação das próximas gerações de "homens fortes para a nação" (ALMEIDA, 1996:03) apesar dessa educação recebida por elas manter um caráter "domesticador" para que os limites das estruturas sociais não fossem transpassados. (idem: 02-03)

Com o aumento da presença de meninas nas escolas primárias, a necessidade de se formar mulheres capazes de ensinar essas crianças aumentou. Diante disso, em 1880 foi inaugurada a terceira Escola Normal da Província de São Paulo, que trouxe como novidade a criação de um setor feminino, para a formação de professoras. A seção feminina da Escola Normal de São Paulo também visava atender às jovens pobres e órfãs, visto que essas não teriam um bom casamento (não tinham uma boa base econômica para isso). Para que não fossem um peso para a sociedade, precisavam de um meio de subsistência. A alternativa possível foi o magistério, pois era uma profissão digna que ia de acordo com o ideal feminino e com os costumes, já que era visto como um prolongamento das funções do lar: instruir e educar as crianças "sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes às mulheres" (ALMEIDA, 1996:04), além de ser "uma maneira aceitável de sobrevivência, na qual a conotação negativa com o trabalho remunerado feminino esvaía-se perante a nobreza do magistério" (idem:04). Além disso, o magistério possibilitava conciliar as aulas e as tarefas domésticas, pois só se podiam dar aulas por meio período. (idem:04)

A professora Ivone Paranaíba Vilela Monteiro confirma a idéia de que a mulher era vocacionada para o magistério. Segundo ela, os professores assumiam mais o papel de missionários do que realmente de professores. (MONTEIRO, 2010)

Diante da dificuldade de conciliar o trabalho, responsabilidades domésticas e cuidados com os filhos, as seis professoras entrevistadas afirmaram que o magistério não era a sua primeira opção profissional. Lecionar teria sido para essas mulheres, o caminho possível, seja por sofrerem preconceito ao tentarem seguir outra profissão, seja pela necessidade de criar os filhos e cuidar do lar.

A professora Maria Amélia da Silva Alves de Almeida nos conta que em 1966 ingressara no 1º ano do curso científico, voltado para a área da medicina, porém desistiu de tal carreira, pois ficara noiva, e, segundo ela, os noivos não admitiam que a esposa seguisse profissões liberais. Por isso, ela ingressou na Escola Normal, que naquele momento seria o caminho comum para se "esperar marido". Além disso, sua família não concordava com sua escolha profissional:

"Não, não concordou. Meu pai dizia que era uma grande besteira porque Taubaté não tinha medicina, eu tinha que ir pro Rio. Ele formou lá na Praia Vermelha... E aí, meu irmão poderia, como pôde estudar na USP em São Paulo, mas eu, por ser mulher... então o casamento era a minha salvação." (ALMEIDA, 2011)

Já a professora Neusa de Moraes Macias Delgado, que ingressou na carreira na década de 1970, afirma que lecionou por uma questão de oportunidade:

"Eu comecei a dar aula por uma situação... de oportunidade. Eu trabalhava na General Motors do Brasil e financeiramente estava indo muito bem, mas depois que eu me casei e ficou... difícil conciliar horário e amamentar neném eu tive que pedir pra sair. Senti muito mais eu tive que fazer isso. (...) Em 1970 foi quando iniciei a [carreira] como professora. Aí meu filho já estava grandinho e naquela época era normal todas as mulheres seguirem essa profissão. Por que: a gente trabalhava quatro horas e tinha o restante do dia pra cuidar da casa, dos filhos... Então pode ver que a maioria das pessoas primeiro seguia a carreira do magistério pra depois seguir outra coisa." (DELGADO, 2010)

Dona Nilzete Ribeiro Correa enfatiza essa questão ao afirmar que seu pai ensinava-lhes que as filhas deveriam ser professoras e somente após se formarem na Escola Normal é que poderiam buscar outros ramos. Diante disso, dentre as cinco irmãs, apenas uma não seguiu o magistério:

"E o papai sempre dizia pra gente: 'Olha...' que era até uma maneira errada de pensar... 'Não, todas vocês vão ser professoras, se depois vocês quiserem fazer outro curso, aí vocês já vão estar trabalhando e escolham o curso que vocês quiserem.' Então, as quatro primeiras filhas... fomos professoras. (...) a outra minha irmã começou a fazer... 'Não é isso que eu quero eu vou fazer medicina.' Resolveu e foi mesmo pra medicina, sabe... não quis ser professora." (CORREA, 2010)

No século XIX, mesmo com a criação do setor feminino na Terceira Escola Normal da Província de São Paulo em 1880, vários fatores revelam a segregação da mulher. Havia diferenças com relação ao currículo escolar da Escola Normal. As meninas aprendiam a cozinhar, a costurar e a bordar enquanto os meninos aprendiam geometria. O ensino da geometria servia como critério para estabelecer o salário, evidenciando a diferença salarial existente entre homens e mulheres. Em relação às mulheres, para que elas pudessem exercer o ofício do magistério, exigia-se que sua ética fosse comprovada por diversos fatores como, por exemplo:

“(…) certidão de casamento, se casada; certidão de óbito do cônjuge, se viúva; sentença de separação, para se avaliar o motivo que gerou a separação, no caso da mulher separada; vestuário ‘decente’. A mulher só poderia exercer o magistério público com 25 anos, salvo se ensinasse na casa dos pais e estes forem de reconhecida moralidade. Ou seja, todos poderiam realizar o curso de formação a partir dos 18 anos, mas havia uma diferenciação na hora de entrar no mercado de trabalho.” (RABELO; MARTINS, 2006: 04-05).

Segundo Rabelo e Martins (2006), tal preocupação com a moral da mulher apontava muito mais para uma necessidade de se disciplinar a conduta feminina do que uma preocupação com sua formação intelectual.

Havia ainda outros interesses em se permitir a entrada das mulheres nas escolas normais. No final do século XIX, o processo de industrialização incentivou a profissionalização da mulher. O aumento da necessidade de trabalhadores especializados fazia com que houvesse uma pressão exigindo a educação, e o magistério era a única forma aceita pela sociedade para que as mulheres continuassem os estudos. Além disso, para que o governo pudesse expandir o acesso das pessoas ao ensino, era necessária a redução dos gastos com a educação. As mulheres tinham salários menores, portanto o governo gastaria pouco com os professores. Dessa forma, havia a necessidade de que as mulheres assumissem tal posto, já que os homens não aceitariam salários baixos. Cria-se então uma suposta ‘vocação’ da mulher para o magistério, justamente para que ela abraçasse tal ofício. (RABELO; MARTINS, 2006: 05)

Segundo Almeida (1996), desde a época dos jesuítas essa profissão foi pouco remunerada. No Anuário do Ensino de 1918, em seu relatório de visitas, o inspetor de instrução pública Benedicto M. Tolosa descreve:

“O professor ganha actualmente apenas o suficiente para não morrer de fome, morando pessimamente e vestindo mal; não pode pois, economizar um tostão sequer para constituir um pecúlio capaz de ampará-lo na adversidade”. (ALMEIDA, 1996: 04)

A situação do professorado era tão precária que em 1915 a instrução pública cria uma Caixa Beneficente voltada para os professores. (Lei 1491 de 27/12/1915) (ALMEIDA, 1996: 04). Com relação a isso Catani aponta a justificativa de tal pensamento:

“Para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco: o homem, que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia – procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino. Por outro lado, não se podia exortar as professoras a serem ignoradas, mas se podia dizer que o saber não era tudo nem o principal. Exaltar qualidade como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não foi por coincidência que este discurso foi dirigido às mulheres.” (CATANI, 1997 apud RABELO; MARTINS, 2006: 05)

Na primeira década do século XX, passaram quase 30 anos desde que as mulheres tiveram permissão para lecionar em classes masculinas, podemos ver ainda uma forte resistência diante do crescente número de mulheres atuando nas salas de aula, e do fato delas ministrarem aulas para crianças do sexo masculino:

“(…) jornais femininos e pedagógicos relatavam uma disputa pelo poder dentro da profissão, com os professores resistindo à entrada maciça das mulheres no magistério e chamando-as de usurpadoras do trabalho alheio. (...) Os periódicos editados em Portugal, em princípios do século, travaram uma verdadeira batalha escrita quando um decreto permitiu que as professoras também regessem classe para os alunos do sexo masculino [1879]. Considerava-se uma imoralidade e um atentado ao desenvolvimento dos meninos que estes pudessem ser ensinados por mestras. Se fossem crianças de tenra idade não teria importância, pois isso sempre coube às mulheres, no entanto, ensinar meninos maiores significava um grande perigo para o seu desenvolvimento físico e mental.” (ALMEIDA, 1996: 05)

Nesse aspecto, podemos ver significativa mudança quanto à aceitação da presença das mulheres na sala de aula. Nas décadas de 1960 e 1970, tal ideologia a respeito da vocação para o magistério estava tão interiorizada que às professoras era atribuído o papel de mães dos alunos, devendo não só cuidar da alfabetização e da educação formal deles, mas também de uma educação mais ampla, se responsabilizando até mesmo pelo cuidado da saúde das crianças.

Diante disso, a professora Nilzete Ribeiro Correa afirma que:

“(…) a gente era muito considerada, (...) os próprios pais exigiam que os alunos, que seus filhos tivessem um respeito assim muito grande. Então, eles mostravam delicadezas (...) com a gente... no dia dos professores, presentinho... As vezes a gente recebia presente de famílias tão humildes que a gente até chorava depois. Porque sabia o sacrifício

que tinham feito pra comprar o que fosse... aquela caixinha de sabonete... Então, preconceito nunca, de jeito nenhum. Era sempre assim, pelo contrário... Um caminho muito aberto, sabe...". (CORREA, 2010)

A professora Neusa Delgado conta-nos sobre a visão que os alunos tinham da professora:

"Aluno, ele tinha a professora como uma pessoa importante na vida dele... ele se orgulhava de tudo o que a professora falava... valia mais do que a palavra da mãe, então, nas reuniões a gente verificava isso. As mães chegavam e me falavam: Ai, eu falo isso, mas meu filho fala que a professora falou. Então, a palavra da professora ainda tinha esse valor... e a gente só passava coisa boa, é claro (risos). (...) Não sei se continua assim, mas eu saí numa época onde a escola era a continuação da casa dele. Eu falava como mãe, como professora e era... nunca tive assim uma crítica, nunca ouvi (...) palavrão de aluno, então foi uma época ainda boa." (DELGADO, 2010)

Comprovando que a figura materna estava atrelada à figura da professora, Nilzete Correa mostra a preocupação em suprir as necessidades que surgiam tanto com relação à escola, quanto com relação as necessidade pessoais dos alunos:

"Eu fui chamada, eu era mãe, de alunos da escola e... era uma escola... que era municipal do Jardim das Indústrias e hoje é Sebastiana Cobra(...). (...) Uma das perguntas interessantes que eu tenho nesse período de primeira à quarta série era o bairro era (...) ainda pouco habitado e tinha uma clientela (...) muito humilde, então, nós éramos, na escola, o partido. A gente ajudava a fazer a merenda...é... se faltava a merendeira a gente ia pra cozinha preparava leite, ajudávamos com tudo. Eu cortava cabelo das crianças, até banho a gente dava, porque tinha a parte de educação física tinha o chuveirinho e nós ... e até isso nós fazíamos, sabe? De cortar os cabelinhos, porque às vezes estavam cheios de bichinhos (risos), piolhinhos e a gente cuidava da criança então em tudo. Remédio assim pra curativo, porque, as crianças às vezes tinham um machucadinho... tudo nós tínhamos! (...) pra mim era muito importante, era a proximidade com a família." (CORREA, 2010)

Até mesmo o contato entre professoras e mães era muito grande, criando-se um constante diálogo entre ambas as partes.

"E até mesmo com as próprias mães... a gente... nesse momento (...) a gente conversava muito. O bairro era muito vazio de construções, então as mães iam até a escola pra levar e ir buscar os filhos com medo daqueles terrenos baldios. E existia uma proximidade com essas famílias. O aluno que faltava dois dias seguidos eu ia na casa pra saber o que estava acontecendo (...) se a criança estava doente, se precisavam de alguma coisa." (CORREA, 2010)

Conclusão

De acordo com Rabelo e Martins (2006), o processo de feminização do magistério "(...)

começou na colonização, com a desvalorização e subjugação feminina, continuou na Independência, frisando a diferenciação da educação por gênero e se perpetuou na República com a inserção das mulheres nas salas de aula infantis sob o comando dos homens, e permaneceu dessa forma durante o restante do século XX." (RABELO; MARTINS, 2006: 06)

Interessante notar que em 1943 um decreto (decreto 7941, Distrito Federal) chegou a proibir a entrada de homens no curso normal do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (MARTINS, 1996 apud RABELO; MARTINS, 2006: 06).

A escolha profissional não é afetada pelos fatores biológicos, mas sim pela memória coletiva, que é capaz de interferir nas preferências individuais. Essa memória não nos lembra que a docência já foi uma profissão masculina, tornando natural aos nossos olhos a feminização do magistério.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino*. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS - SAO P, v. 192, n. 96, p. 71-78, 1996. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=Mulher+e+educa%C3%A7%C3%A3o:+a+p+aix%C3%A3o+pelo+poss%C3%ADvel&btnG=Pesquisar&lr=&as_ylo=&as_vis=0>. Acesso em 05 de setembro de 2010

MAFRA de SÁ, Carolina; ROSA, Walquiria M. *História da feminização do magistério no Brasil: Uma revisão bibliográfica*. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. Anis do III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo5/477.pdf>>. Acesso em 14 de Agosto de 2010

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, Antônio Maria. *A mulher no magistério brasileiro: um histórico*. Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, sobre a feminização do magistério. In: VI Uberlândia. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 6167-6176. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>>. Acesso em 13 de Setembro de 2010

ROQUE, Zuleika Stefânia Sabino. *Quando o professor não tinha escola e a escola não tinha professor: cotidiano das escolas joseenses no século XIX*. In: Revista eletrônica do Arquivo do

XVINICEncontro Latino Americano
de Iniciação Científica**XI EPG**Encontro Latino Americano
de Pós Graduação**VINIC Jr**Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica Júnior

Estado, nº30. São Paulo: 2008. Disponível em:
<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao30/materia03/>>. Acesso em 26 de janeiro de 2011

UEKANE, M. N. *Mulheres em sala de aula : Um estudo acerca da feminização do magistério primário na Corte (1879-1885)*. In: 30a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2007, Caxambu. ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Timbauba: Espaço Livre, 2007. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/posteres/GT02-3332--Int.pdf>>. Acesso em 14 de Agosto de 2010.

Depoimentos Oraís

ALMEIDA, Maria Amélia da Silva Alves de. Acervo de depoimentos orais – Laboratório de História Oral – Univap, 2011.

DELGADO, Neusa de Moraes. . Acervo de depoimentos orais – Laboratório de História Oral – Univap, 2010.

MONTEIRO, Ivone Paranaíba Vilela. . Acervo de depoimentos orais – Laboratório de História Oral – Univap, 2010.

SALONI, Dirce. . Acervo de depoimentos orais – Laboratório de História Oral – Univap, 2006.